

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

O PARECERISTA NO CENTRO DA GESTÃO	21
1.1. A solidão e a responsabilidade silenciosa.....	22
1.2. O novo perfil do parecerista jurídico	23
1.3. Fundamento doutrinário.....	23
1.4. O parecer como instrumento de gestão estratégica.....	24
1.5. A mudança de cultura jurídica	26
1.6. A solidão do parecerista: pressão, prazos e pouca valorização.....	26
1.7. A construção da autoridade jurídica: conhecimento técnico, coerência e coragem.....	26
1.8. O parecer jurídico: origem e valorização	27
1.9. O parecer verbal e o parecer escrito: a formalidade como salvaguarda institucional.....	28
1.10. Riscos reais de um parecer não documentado	31
1.11. Casos reais de responsabilização do parecerista: lições da jurisprudência.....	32

1.12. Reflexões a partir da jurisprudência	34
Jurisprudência relevante. Comentários interpretativos.....	34
1.13. Conclusão	35

CAPÍTULO 2

ESTRUTURA DE UM PARECER JURÍDICO PROFISSIONAL	37
2.1. A importância da forma como instrumento de proteção ...	40
2.2. Elementos essenciais do parecer jurídico	46
2.3. Boas práticas de redação jurídica consultiva	57
2.4. Adaptação da estrutura conforme o tipo de parecer	61
2.4.1. Parecer sobre dispensa ou inexigibilidade	63
2.4.2. Parecer na fase contratual	65
2.4.3. Parecer sobre impugnação ou representação	68
2.5. Parecer-padrão versus parecer estratégico	69
2.6. Checklist do parecer à prova de risco	73

CAPÍTULO 3

ANÁLISE JURÍDICA NA LICITAÇÃO E NO CONTRATO	85
3.1. Análise jurídica na fase preparatória da licitação	86
3.2. Exame jurídico do edital e seus anexos	90
3.3. Verificação dos critérios de habilitação e julgamento	93
3.4. Análise jurídica na fase de recursos administrativos	96
3.5. Controle jurídico da adjudicação e homologação	99
3.6. Parecer jurídico na formalização do contrato	101
3.7. Reequilíbrio econômico-financeiro, aditivos e prorrogações	107
3.8. Aplicação de penalidades contratuais	111

3.9. Encerramento do contrato e responsabilidades finais.....	114
---	-----

CAPÍTULO 4

RESPONSABILIDADE E PRÁTICA DO PARECERISTA	117
4.1. A responsabilidade do parecerista jurídico.....	118
4.2. Verificação da instrução processual	120
4.3. Elaboração de manifestação bem fundamentada, com clareza e objetividade	121
4.4. Distinção expressa entre aspectos jurídicos e técnicos	121
4.5. Delimitação clara do alcance da manifestação	122
4.6. Registro formal da emissão do parecer	123
4.7. Jurisprudência comentada sobre a atuação consultiva.....	125
4.8. Erros mais comuns em pareceres jurídicos.....	128
4.9. Estudo de Caso 1 – Parecer sobre edital de licitação.....	135
4.10. Estudo de Caso 2 – Parecer sobre inexigibilidade.....	143
4.11. Estudo de Caso 3 – Parecer sobre aditivo de prazo e reequilíbrio	147
4.12. Parecer – Âmbito Federal – Possibilidade de prorrogação excepcional com fundamento no art. 57, § 4.º, da Lei n.º 8.666, de 1993.....	153
4.13. Estudo de caso – Âmbito Federal – Possibilidade de alteração quantitativa e qualitativa com base na Lei n.º 8.666, de 1993.....	166
4.14. Estudo de caso – Âmbito Federal – Contrato administrativo. Desconsideração da personalidade jurídica. Extensão das penalidades. Responsabilização da pessoa jurídica e seus sócios.....	194
4.15. Da desconsideração da personalidade jurídica	204
4.16. Da instauração de processo de responsabilização.....	210

CAPÍTULO 5

O PARECER JURÍDICO COMO PILAR DA GOVERNANÇA PÚBLICA	217
5.1. O papel do parecerista no ciclo da contratação pública ...	218
5.2. Reflexão sobre a atuação ao longo das fases da licitação e do contrato	224
5.3. Integração com o planejamento, controle interno e gestor	228
5.4. O parecer como instrumento de proteção e eficiência.....	232
5.5. Segurança jurídica	235
5.6. Prevenção de responsabilizações.....	238
5.7. Fomento à boa administração.....	241
5.8. Ética, responsabilidade e compromisso institucional	244
CONCLUSÃO	251
BIBLIOGRAFIA	255